

# PROCURADORIA EM PAUTA

INFORMATIVO BIMESTRAL DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - Nº 1 - Junho/Julho 2011



## Parecer da PGE auxilia parlamentares e sociedade civil na defesa dos royalties

Thiago Guimarães/Secom



O documento foi apresentado durante evento realizado pela Procuradoria, no Palácio Anchieta, e que contou com a presença do governador Renato Casagrande

A Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo (PGE-ES) divulgou um parecer com argumentos jurídicos a serem utilizados em defesa dos interesses do Estado no debate sobre a nova divisão dos royalties de petróleo.

O objetivo é munir as bancadas estadual e federal capixabas, além da sociedade civil, na luta pelos royalties e na conquista de aliados para que uma nova divisão desses recursos não prejudique os estados e municípios produtores. [p.3]

### PCI investe na execução fiscal eletrônica

Assessoria de Comunicação/PGE



A equipe da setorial trabalha em conjunto com a Sefaz e o Prodest. [p.5]

### PTR elabora planejamento estratégico para o setor

O objetivo do plano é atingir padrões de excelência em todos os serviços prestados pela setorial, por meio do aperfeiçoamento do trabalho desenvolvido. [p.6]

LCA Promo



Procuradoria participa de evento estadual de logística e infraestrutura [p.4]

# Uma nova ferramenta de comunicação

Dirijo-me à categoria dos procuradores do Estado, aos servidores desta Procuradoria, aos gestores públicos do Estado do Espírito Santo e demais leitores com muita alegria e satisfação para anunciar o lançamento do informativo da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

Quando assumi a função de procurador-geral do Estado, destaquei a importância da advocacia pública assumir o papel de protagonista nas discussões judiciais e na orientação das políticas públicas.

Mais uma vez, reitero o caráter multifacetário que a Constituição Federal nos outorgou, em seu artigo 132: somos órgão de controle da legalidade e de representação judicial, mas, sobretudo, viabilizadores das boas políticas públicas.

Quando o procurador do Estado percebe que sua atuação ultrapassa os limites das suas funções cotidianas, quem ganha é o Estado. Significa sair de uma posição de simples participante para ser o condutor do processo em parceria com os gestores e demais órgãos de controle interno e externo.

Por isso, posso dizer sem reservas que a melhor forma de incutir essa novel natureza da advocacia pública passa necessariamente pela informação e comunicação das nossas atividades e realizações que, ao final, destinam-se à sociedade.

Temos agora um canal aberto para que todos os procuradores sintam-se motivados a expressar as vitórias judiciais do Estado e as

soluções jurídicas construídas pela consultoria.

E com essas considerações me dirijo também aos gestores dos órgãos públicos e demais servidores estaduais para apresentar este periódico, que é instrumento de informação e auxílio no exercício das respectivas funções públicas.

Por intermédio deste informativo, serão veiculadas informações sobre a atuação judicial da Procuradoria Geral do Estado, revelando o resultado de demandas processuais em que o Estado e os órgãos da Administração Indireta figuram como partes e demonstrando que o Poder Judiciário vem se manifestando a respeito das questões que envolvem o interesse público.

Registro, a esse propósito, que o perfil atual da advocacia pública decorre da consciência de que este órgão deve apresentar a melhor solução para que os atos administrativos estejam, o quanto possível, protegidos de eventuais questionamentos. Trata-se de uma inegável forma de proteção também aos gestores e servidores por eles responsáveis, preocupação que não escapa à atuação da Procuradoria.

Estou certo de que este informativo será mais uma ferramenta para ampliar a comunicação e a integração dos gestores públicos estaduais com a Procuradoria Geral do Estado, auxiliando na efetiva prestação de um serviço público de excelência.

Boa leitura a todos!

**Rodrigo Marques de Abreu Júdice**  
Procurador-geral do Estado

## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Governador do Espírito Santo

**Rodrigo Marques de Abreu Júdice**  
Procurador-geral do Estado

**Lívio Oliveira Ramalho**  
Subprocurador-geral  
para Assuntos Jurídicos

**Juliana Paiva Faria Faleiro**  
Subprocuradora-geral  
para Assuntos Administrativos

**Jorge Gabriel Rodnitzky**  
Corregedor-geral

**Cláudio Penedo Madureira**  
Procurador-chefe do Centro de Estudos  
e Informações Jurídicas (CEI)

**Luciana Merçon Vieira**  
Procuradora-chefe da Procuradoria  
do Patrimônio Imobiliário (PPI)

**Joemar Bruno Francisco Zagoto**  
Procurador-chefe  
da Procuradoria Trabalhista (PTR)

**Érflen José Ribeiro Santos**  
Procurador-chefe da Procuradoria  
do Estado na Capital Federal (PCF)

**Marcelo Amaral Chequer**  
Procurador-chefe da Procuradoria de  
Serviços Jurídicos, Setoriais, Autárquicos  
e Fundacionais (PSJ)

**Antônio Júlio Castiglione Neto**  
Procurador-chefe da Procuradoria de  
Cadastramento e Informatização (PCI)

**Leandro Mello Ferreira**  
Procurador-chefe da Procuradoria  
de Consultoria Administrativa (PCA)

**Eva Pires Dutra**  
Procuradora-chefe da Procuradoria  
do Contencioso Judicial (PCJ)

**José Alexandre Rezende Bellote**  
Procurador-chefe  
da Subprocuradoria Fiscal (SPFI)

**Francisco Augusto Teixeira de Carvalho**  
Procurador-chefe  
da Subprocuradoria Tributária (SPT)

Jornalista Responsável: **Larissa Linhalis**  
(MTE 2635/ES)

Projeto Gráfico: **Contemporânea**  
Editoração: **Bios**  
Impressão: **GSA Gráfica e Editora**  
Tiragem: **3.000 exemplares**

## PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (PGE-ES)

Av. Governador Bley, 236,  
Ed. Fábio Ruschi, 11º andar, Centro,  
Vitória - ES - CEP: 29.010-150  
www.pge.es.gov.br  
comunicacao@pge.es.gov.br  
(27) 3636-5059

# Parlamentares e sociedade civil recebem parecer da PGE sobre royalties

Os deputados estaduais, federais e senadores capixabas, além da sociedade civil, já podem contar com mais uma ferramenta na luta em defesa dos royalties do petróleo. A Procuradoria Geral do Estado emitiu no mês de junho um parecer com os argumentos jurídicos utilizados pelo Estado para garantir os interesses de todos os capixabas.

O estudo foi elaborado pelo procurador-chefe do Centro de Estudos e Informações Jurídicas (CEI) da PGE, Cláudio Penedo Madureira, e aprovado pelo procurador-geral do Estado, Rodrigo Marques de Abreu Júdice.

## Debate

Com o objetivo de expor a importância dos royalties do petróleo para o desenvolvimento do Estado e os argumentos que fundamentam o direito do Espírito Santo na



O procurador Cláudio Madureira é o autor do parecer

“Não vamos aceitar qualquer medida que interfira no desenvolvimento do Espírito Santo”

**Renato Casagrande**  
Governador

participação do produto da exploração do petróleo, a Procuradoria realizou no mês de julho, no Palácio Anchieta, o evento “Royalties do petróleo: um direito do Estado do Espírito Santo”.

“O objetivo foi comunicar qual o entendimento do Estado para que todos falem a mesma língua”, disse Júdice.

O governador Renato Casagrande destacou que o encontro foi mais um instrumento de trabalho para fortalecer o Movimento Pró Espírito Santo, nas ações conjuntas em defesa dos interesses do Estado.

## Procuradores participam de evento nacional sobre o pré-sal

Uma comitiva de procuradores capixabas participou no mês de maio do II Seminário Brasileiro do Pré-Sal, no Rio de Janeiro. Além da



A PGE-ES expôs os argumentos do Estado

representação no evento, os interesses capixabas puderam ser diretamente defendidos nos debates. O procurador-geral do Estado, Rodrigo Marques de Abreu Júdice, e o procurador-chefe do Centro de Estudos e Informações Jurídicas (CEI) da PGE, Cláudio Penedo Madureira, participaram como debatedores.

“Estamos acompanhando de perto as movimentações nacionais em torno do tema, que impacta de forma direta a economia do Estado”, destacou Júdice.

## Os argumentos

### Constituição

O artigo 20, parágrafo 1º da Constituição, garante a estados e municípios produtores participação no resultado da exploração de petróleo. O artigo 155, parágrafo 2º, inciso X, alínea “b” determina que o ICMS sobre as operações de petróleo é retido no Estado de destino, o que já impõe perda financeira aos estados produtores.

### Isonomia

Considerando que apenas estados e municípios produtores sofrem os impactos decorrentes da exploração de petróleo, o princípio da isonomia (artigo 5º) não admite divisão igualitária entre todos os estados.

### Pacto Federativo

Uma divisão igualitária causa desequilíbrio entre a distribuição dos encargos e das fontes de receitas inerentes à extração do petróleo, interferindo na autonomia financeira dos estados, o que ofende o pacto federativo (artigos 1º e 60, parágrafo 4º, inciso I).

### Segurança Jurídica

Na nova distribuição proposta, os contratos assinados também seriam afetados. O artigo 5º, inciso XXXVI da Constituição, porém, veda a interferência legislativa no direito adquirido.

### FICA A DICA!

O parecer na íntegra pode ser acessado no site [www.pge.es.gov.br](http://www.pge.es.gov.br).

# Logística e infraestrutura são os temas de evento apoiado pela PGE

Em sua terceira edição, o Fórum de Logística e Infraestrutura do Estado contou com uma iniciativa inédita da Procuradoria Geral do Estado (PGE-ES), abraçada pelos realizadores do evento. As discussões em torno da logística, infraestrutura e mobilidade urbana do Espírito Santo ganharam também uma roupagem jurídica.

O fórum foi realizado pela Federação das Empresas de Transportes do Espírito Santo (Fetransportes) e

pelo Governo do Espírito Santo, por meio da Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas (Setop).

“O evento é um espaço fundamental para pensarmos e discutirmos soluções para problemas jurídicos que podem surgir em relação aos futuros investimentos em infraestrutura no Estado”, destacou o procurador-geral do Estado, Rodrigo Marques de Abreu Júdice. O governador do Estado, Renato Casagrande, também prestigiou a abertura do evento.

Durante o primeiro dia do fórum foi discutida “A eficiência das Parcerias Público Privadas (PPPs)”. O painel contou com a presença do procurador de Minas Gerais e doutor em Direito, Érico Andrade, da subprocuradora-geral para Assuntos Administrativos da PGE, Juliana



Os procuradores do Estado Juliana Faleiro e Leandro Mello Ferreira foram debatedores no evento

Paiva Faria Faleiro, e do procurador-chefe da Procuradoria de Consultoria Administrativa, Leandro Mello Ferreira, sob mediação do secretário de Estado de Economia e Planejamento, Guilherme Pereira.

Durante os debates foram discutidos ainda o Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT) do Governo Federal, os novos projetos para a mobilidade urbana e o planejamento das cidades.

FOTOS: LCA Promo



O procurador do Estado Anderson Sant'Ana Pedra expôs “a concessão sob uma perspectiva constitucional”

## Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado participa do Fórum do Judiciário para a Saúde

A Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo (PGE-ES), por meio da Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado (ESPE), participou no mês de junho do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde no Espírito Santo. O evento contou ainda com o apoio da Secretaria de Estado da Saúde (Sesa), e foi realizado em parceria com o Poder Judiciário, por meio da Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo (Emes) e da Associação dos Magistrados do Espírito Santo (Amages).

A abertura contou com a presença do governador Rena-

to Casagrande; do procurador-geral do Estado, Rodrigo Marques de Abreu Júdice; do secretário de Estado da



Magistrados, promotores, procuradores do Estado, defensores públicos e gestores de saúde estiveram no evento

Saúde, Tadeu Marino; do presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, Manoel Alves Rabelo; além de diversos procuradores do Estado e outras autoridades.

Durante o encontro, foi assinado um convênio entre o Governo do Espírito Santo, por meio da Sesa, e o Tribunal de Justiça para a implantação do Núcleo de Assistência Técnica ao Judiciário, órgão que contará com especialistas na área de saúde que auxiliarão os magistrados na solução de demandas judiciais que envolvam a assistência à saúde.

Assessoria de Comunicação/Sesa

# Processos de execução fiscal ganham versão eletrônica

Os processos de execução fiscal do Governo do Espírito Santo começaram a ganhar uma versão eletrônica. A iniciativa foi da Procuradoria Geral do Estado e conta com o apoio da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), responsável pela inscrição dos contribuintes em Dívida Ativa, e do Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado (Prodest).

Desde abril deste ano, os processos administrativos, antes remetidos fisicamente pela Sefaz, já são enviados eletronicamente à PGE. Isso foi possível devido à instalação de um módulo do PGenet (software de gerenciamento e acompanhamento de processos da Procuradoria) na secretaria.

Segundo o procurador-chefe da Procuradoria de Cadastramento e Informatização (PCI), Antônio Júlio



FOTOS: Assessoria de Comunicação/PGE

Servidores da PCI são os responsáveis pela digitalização dos processos

Castiglione Neto, a previsão é que “em novembro deste ano a execução fiscal seja totalmente digitalizada, inclusive com o ajuizamento eletrônico das peças no Tribunal de Justiça”.

O procurador-chefe da Subprocuradoria Fiscal (SPFI), setorial responsável pelas execuções fiscais, José Alexandre Rezende Bellote, destaca que a digitalização traz “um excelente controle gerencial”. “O sistema vai proporcionar e já está proporcionando um acompanhamento efetivo da tramitação processual”, apontou.

R\$ 6 mi

é a economia anual que o Estado poderá ter com a digitalização

## Alguns benefícios da digitalização:

- Melhor gestão dos créditos fiscais do Estado;
- Redução do tempo de ajuizamento das ações;
- Melhor aproveitamento do espaço físico;
- Otimização dos recursos humanos;
- Segurança das informações;
- Redução de gastos com impressões.

## PCI amplia a utilização do PGenet

A utilização do PGenet será expandida para todas as setoriais da Procuradoria Geral do Estado (PGE). Segundo o procurador-chefe da Procuradoria de Cadastramento e Informatização (PCI), Antônio Júlio

2.658.404

páginas foram digitalizadas pela PCI desde 2009, gerando uma economia de R\$ 140 mil

Castiglione Neto, a previsão é que “em novembro deste ano a execução fiscal seja totalmente digitalizada, inclusive com o ajuizamento eletrônico das peças no Tribunal de Justiça”.

Outra novidade da setorial é a virtualização de processos do Conselho da PGE, além da melhoria no sistema eletrônico de pagamento de precatórios, que será adequado à Emenda Constitucional nº 62.



## Acervo da biblioteca da PGE na internet

O acervo da biblioteca da PGE agora também pode ser consultado pela internet. Os procuradores, os servidores e a população em geral podem acessar o site [www.pge.es.gov.br](http://www.pge.es.gov.br), clicar no link “Biblioteca” e, em seguida, em “Acervo”.

O usuário terá acesso ainda a informações bibliográficas do livro e à quantidade de exemplares disponíveis, emprestados e reservados. A biblioteca da PGE é especializada em Direito e fica aberta ao público das 8 às 18 horas, de segunda a sexta-feira. Não é preciso agendar a visita.

13.070

é o total de exemplares do acervo da biblioteca

5.106

é o número de títulos de livros disponíveis

## Estado avança no pagamento de precatórios

A atual política de pagamento de precatórios do Governo do Espírito Santo tem alcançado significativos êxitos no pagamento do débito. A dívida (não considerando a trimestralidade), que era de R\$ 1 bilhão em 2009, caiu para cerca de R\$ 700 milhões. A previsão é que o débito seja quitado em aproximadamente sete anos. A redução da dívida, se comparada aos demais estados, representou um dos maiores avanços no pagamento de precatórios.

# Planejamento estratégico auxilia o trabalho da PTR

Com o objetivo de aperfeiçoar o trabalho da setorial e gerar resultados positivos a médio e longo prazo, a Procuradoria Trabalhista (PTR) elaborou um planejamento estratégico. Um total de

seis diretrizes foram estabelecidas para guiar as atividades do setor.

O procurador-chefe da PTR, Joemar Bruno Francisco Zagoto, explica como surgiu a iniciativa: "Fizemos uma 'pausa', analisamos nosso trabalho sob vários ângulos, refletimos sobre nossa missão constitucional, valores, objetivos e concluímos que, também no âmbito de um órgão responsável pelo contencioso judicial do Estado, a formulação de estratégias é uma ferramenta importante".

A ideia, explica Zagoto, é "otimizar a uti-

## As diretrizes

- Diminuição da litigiosidade. Redução do número de demandas;
- Gerenciamento das grandes dívidas;
- Identificação e prevenção de riscos trabalhistas associados às contratações do Poder Público;
- Desburocratização de rotinas administrativas internas;
- Efetivação das prerrogativas institucionais da PGE;
- Aprimoramento técnico do contencioso judicial e da consultoria.

lização dos recursos humanos e materiais disponíveis, aprimorar o acompanhamento dos processos de maior impacto social e financeiro, atender mais rapidamente as demandas dos órgãos estaduais e, também, contribuir no sentido de 'desafogar' o Judiciário".

FOTOS: Assessoria de Comunicação/PGE



Joemar Zagoto, procurador-chefe da setorial, mostra as diretrizes e estratégias previstas no plano elaborado

### SAIBA MAIS

A Procuradoria Trabalhista (PTR) é o setor da Procuradoria Geral do Estado que atua na orientação e fiscalização dos contratos trabalhistas da Administração Pública com empresas terceirizadas e na defesa do Estado em ações trabalhistas.

## Processos administrativos do governo ganham mais agilidade

O Conselho da Procuradoria Geral do Estado aprovou duas resoluções cujo objetivo é garantir maior agilidade à tramitação de processos administrativos em todo o Governo do Espírito Santo. Na prática, a resolução 243/2011 reduz em uma etapa o trâmite de parte dos processos.

Já a resolução 246/2011 fixa dois enunciados administrativos (nº 8

e 9), que servirão de padrão para consulta das secretarias e órgãos do governo. Caso atendidas as disposições dos enunciados, fica dispensada a prévia manifestação da PGE.

Segundo a subprocuradora-geral para Assuntos Administrativos, Juliana Paiva Faria Faleiro, "são matérias de baixa complexidade jurídica cujo entendimento está

pacificado na Procuradoria de Consultoria Administrativa".

### FICA A DICA!

Para encontrar os enunciados administrativos basta acessar [www.pge.es.gov.br](http://www.pge.es.gov.br), clicar em "Conselho" e, em seguida, em "Enunciados Administrativos".

## SPT busca compensação de créditos previdenciários

A Subprocuradoria Tributária (SPT) busca, junto à Justiça Federal, utilizar valores pagos indevidamente – segundo o entendimento da PGE – para compensarem débitos previdenciários do governo. A ideia é utilizar os créditos para reestruturar o passivo previdenciário do Estado. A dívida atual é de cerca de R\$ 381 milhões.

R\$ 140 mi é o valor que deve ser compensado inicialmente

## Corregedoria Geral da PGE vai realizar correição

A Corregedoria Geral da PGE realizará uma correição ordinária em todas as setoriais da PGE durante os meses de agosto, setembro e novembro. O procedimento é rotineiro, e o objetivo é verificar a regularidade no andamento dos processos.



O corregedor-geral, Jorge Gabriel Rodnitzky

## Posse no TRF-2 conta com a presença de procurador e vice-governador

O procurador-geral do Estado, Rodrigo Júdice, e o vice-governador, Givaldo Vieira, participaram da cerimônia de posse dos novos dirigentes do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), que engloba o Rio de Janeiro e o Espírito Santo.

Tomaram posse os desembargadores federais Maria Helena Cisne e Raldênio Bonifácio Costa, respectivamente, como presidente e vice-presidente, e os demais integrantes da nova diretoria.

## Novos procuradores tomam posse

Mais três procuradores tomaram posse na Procuradoria Geral do Estado. No dia 24 de maio assumiram o cargo Igor Gimenes Alvarenga Domingues e David Augusto de Souza, que foram localizados na Procuradoria do Contencioso Judicial (PCJ).

Já em 30 de junho tomou posse o novo procurador da Procuradoria de Serviços Jurídicos, Setoriais, Autárquicos e Fundacionais (PSJ), Ênio Otávio Juncal Victória Rezende.

FOTOS: Assessoria de Comunicação/PGE



## Assembleia homenageia procurador do Estado

Em sessão solene realizada no mês de julho na Assembleia Legislativa do Estado, o procurador do Estado e chefe da Procuradoria do Estado na Capital Federal (PCF), Érfen José Ribeiro Santos, recebeu a comenda Domingos Martins no grau cavaleiro.

Concedida pelo deputado estadual Gilsinho Lopes, a homenagem faz referência aos importantes serviços prestados pelo procurador ao Estado do Espírito Santo.

Centro de Memória Ales/Tonico



## Corregedoria Geral conta com procurador auxiliar

O procurador Evandro Maciel Barbosa, lotado na Procuradoria de Consultoria Administrativa (PCA), foi designado para assumir a função de procurador auxiliar da Corregedoria Geral da PGE. Sua função é acompanhar e auxiliar as atividades do corregedor-geral, Jorge Gabriel Rodnitzky.

## PGE prestigia eventos na Justiça Federal

O procurador-geral, Rodrigo Júdice, prestigiou na Justiça Federal a posse do novo diretor do foro, Fernando Cesar de Mattos, e a conferência sobre os novos paradigmas do Poder Judiciário, proferida pelo ministro Cesar Asfor Rocha.

## Procurador do Estado faz palestra sobre nova lei de licitações

O procurador do Estado Leandro Mello Ferreira realizou uma palestra para os assessores da Rede de Comunicação do Estado e para as agências de publicidade com contrato firmado com o governo. O objetivo foi orientar os envolvidos na execução dos contratos de publicidade do governo sobre a correta aplicação da nova lei de licitações (nº 12.232/10).



Nestor Müller/ Secom

## Procurador-geral faz visita a penitenciária estadual

Acompanhado do secretário de Estado da Justiça, Ângelo Roncalli, o procurador-geral do Estado, Rodrigo Júdice, esteve na Penitenciária Estadual de Vila Velha II. O objetivo da visita foi conhecer o sistema penitenciário e o tratamento dado a presos, advogados e visitantes.

“Os advogados recebem todo o respaldo para exercerem sua profissão com seriedade. Os internos também possuem um tratamento humanizado, fundamental para termos hoje um sistema eficiente”, disse Júdice.



Assessoria de Comunicação/PGE

## ANIVERSARIANTES

AGOSTO		
01	Virgínia Azevedo Campanha	GAB
03	Maria Christina de Moraes	PPI
05	Bartolomeu José das N. Nascimento	SPGJ
	Isabela de Souza Solha	NJE
	José Luiz Figueiredo	PPI
06	Sabrina Mara Antunes Ferrari	PTR
07	Maria de Lourdes A. G. Starling	GFS
08	Douglas de Azevedo Silva	SPFI
	Rayane Braga Santos Lima	PSJ
10	Roger Faiçal Ronconi	PPI
11	Jaconias Barbosa de Oliveira	PTR
12	Lucalina Fazolo Martins	GEAD
13	Fernanda de Barros Coutinho	CEI
14	Monique Monteiro e Malta	PCA
	Victor Gomes Ferraz	GEAD
15	Larissa da Silva Machado	GEAD
17	Horácio Augusto Mendes de Souza	PCA
	Luciana Merçon Vieira	PPI
20	Arlette Uliana	PPI
26	Deroni de Azevedo	GEAD
28	Guilherme Rousseff Canaan	PCJ
30	Pablo Brocco Tápias	SPFI

SETEMBRO		
01	Daniel Mazzoni	NJE
	Paulo Lucas Giuberti Marques	SPFI
	Rodrigo Francisco de Paula	PCA
03	Luiz Colnago Neto	PTR
06	Márcio Candido Costa de Souza	PTR
11	Heveline Maria Pereira Xavier	SPFI
	Thaís Silva de Oliveira Nunes	SPFI
	Victor Lemos de Oliveira Correia	CEI
12	Leonardo de Medeiros Garcia	SPFI]
21	Hugo Rogério dos Santos	PTR
14	Emerson Luiz Faé	PCA
15	Antônio Carlos Ciqueira	PCJ
	Danieli Ramos de Souza	PCJ
	Elisa Marques Fonseca	GAB
	Maria José Vieira Milagre	CEI
16	Jackson Neto	PCI
	Kamila Borjaille de Souza	SPFI
20	Ariel Leite Ciqueira	GIN
21	Maycon Alexandrino Marques	PCJ
	Tatiany Brito de Oliveira	PCJ
23	Gilcineia Menegussi de Barros	CEI
	Moara Gusmão Pontes	PCJ
24	Antônio José Ferreira Aikair	SPFI
25	Lahis da Silva Rosa	PCI
26	Raissa Macedo Peçanha da Fraga	PSJ
27	Aline Valente Carao	PPI
	Bianca Cesconetti Peterle	SPFI
28	Larissa Souza Linhalis	GAB
29	Carlos Henrique Stabauer Ribeiro	PCJ

## FICA A DICA!

A programação de cursos e palestras da Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado (ESPGE) será divulgada em breve.

Servidores de todas as secretarias, órgãos e autarquias do Governo do Espírito Santo podem se inscrever. Acompanhe no site [www.pge.es.gov.br](http://www.pge.es.gov.br) as novidades sobre os cursos da ESPGE e participe.

### Os cursos

- “Técnicas para elaboração de atos normativos”
- “Implantação do sistema de registro de preços”
- “Juizados especiais da fazenda pública”
- “Meios regulatórios para estimular e coibir atividades econômicas: fomento, parcerias, títulos administrativos”
- “Teoria e prática do processo administrativo”
- “Parâmetros jurídicos para apuração e pagamento de RPVs e precatórios na execução contra a fazenda pública”
- “Aplicação do direito do consumidor aos serviços públicos”
- “Orientações sobre o cumprimento de mandados judiciais”
- “Desapropriação”
- “Regime jurídico dos servidores públicos”